SCIAS
Língua de Sinais
Sign Language

Educação Bilíngue de Surdos e Marcos Legais: Estado da Arte sobre os desafios de sua efetividade

Anderson Salgado de Almeida[1], Edmarcius Carvalho Novaes[2], Jesildo Nascimento Barbosa[3], Poliana de Paula Neves[4], Soraia Loures Lins Ribeiro de Sá[5], Tatiana Henrique Brives de Oliveira[6]

Link do resumo em Libras: https://www.youtube.com/watch?v=a7DCYHB52j0

Resumo

Este estudo, de natureza bibliográfica e do tipo Estado da Arte, analisou a produção acadêmica brasileira sobre a legislação da educação de surdos, com o objetivo de identificar os principais desafios para a efetivação da educação bilíngue prevista nos marcos legais nacionais. O corpus foi composto por artigos científicos recuperados nas bases SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, abrangendo o recorte temporal entre o período de 2005 a 2025. Os resultados evidenciaram avanços normativos importantes, especialmente após a Lei nº 14.191/2021, mas revelaram persistentes lacunas entre o texto legal e a prática educacional. Destacam-se desafios relacionados à formação docente, à oferta de ambientes bilíngues, à hegemonia da língua portuguesa, à precarização dos vínculos profissionais e à limitada participação das famílias. Conclui-se que a consolidação da educação bilíngue depende da articulação entre políticas públicas efetivas, investimentos institucionais e valorização da cultura surda.

Palavras-chave

Educação bilíngue de surdos. Libras. Legislação educacional.

[1] Graduado em Letras Libras pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é Professor PDA (Profissional de Apoio) Libras da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: calispa02@gmail.com; [2] Doutor em Ciências Humanas (UFSC) e Mestre (Univale). Licenciado em Letras-Libras, Filosofia e Pedagogia. Bacharel em Direito e Antropologia. Professor e pesquisador da Univale. E-mail: edmarcius@hotail.com; [3] Ciências Biológicas (UFAC), pós-graduado em Educação Inclusiva e Especial, e técnico em Tradução/Interpretação de Libras (CETAM). Atua como Professor Tradutor e Intérprete de Libras na Rede Estadual do Acre e na formação continuada de docentes em Libras e Educação Especial. E-mail: jecildon84@gmail.com; [4] Graduada em Pedagogia pela Universidade Internacional de Curitiba (UNINTER) e pós-graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, atua como professora da educação básica na rede municipal de Juiz de Fora e no estado de Minas Gera.. E-mail: polianadepaulaneves@gmail.com; [5] Mestra em Educação (UFJF), especialista em Alfabetização e graduada em Pedagogia (FACINTER). Atua como professora da Educação Básica e coordenadora pedagógica da EJA na Prefeitura de Juiz de Fora. É pesquisadora integrante dos grupos LINFE (UFJF) e GRUPPEEJA, com foco em Educação Inclusiva, Alfabetização e EJA. E-mail: solprofessora18@gmail.com; [6] Mestra em Educação (UFRRJ), especialista em Educação Especial - Deficiência Visual (UNIRIO) e graduada em História (UFRJ) e Pedagogia (UERJ). Atua como docente na FAETEC e na SEEDUC-RJ em Sala de Recursos Multifuncionais. Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de Educação Especial, inclusão, ensino de surdos e Educação Profissional. E-mail: tbrives@gmail.com.

Bilingual Education for Deaf People and Legal Frameworks: a state-of-the-art study on the challenges of its effectiveness

Abstract

This state-of-the-art and bibliographical study analyzed the Brazilian academic production on the legislation of deaf education, aiming to identify the main challenges for the implementation of bilingual education as provided in national legal frameworks. The corpus consisted of scientific articles retrieved from the SciELO database and the CAPES Periodicals Portal, covering the time frame between 2005 and 2025. The results showed significant normative advances, especially after Law No. 14,191/2021, but revealed persistent gaps between the legal text and educational practice. Challenges related to teacher training, the provision of bilingual environments, the hegemony of the Portuguese language, the precarization of professional bonds, and the limited participation of families stand out. It is concluded that the consolidation of bilingual education depends on the articulation between effective public policies, institutional investments, and the valorization of deaf culture.

Keywords

Bilingual education for the deaf; Brazilian Sign Language. Educational legislation

Introdução

Nas últimas décadas, a educação de surdos no Brasil consolidou um robusto aparato normativo, iniciado com o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentado pelo Decreto nº 5.626/2005. Esse cenário foi fortalecido pela Lei nº 13.146/2015, que reiterou o direito a sistemas de ensino inclusivos e bilíngues e, mais recentemente, pela Lei nº 14.191/2021, que alçou a Educação Bilíngue de Surdos à categoria de modalidade independente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Contudo, a complexidade dessas transições e os entraves na materialização de tais garantias geram distâncias significativas entre o texto legal e a prática nas salas de aula. Frequentemente, a Libras assume papel secundário de mera mediação em vez de atuar como língua de instrução, evidenciando lacunas estruturais que incluem a escassez de docentes qualificados e a ausência de ambientes essencialmente bilíngues.

Frente a esse panorama, este estudo busca responder à seguinte questão: qual é o panorama da produção acadêmica brasileira sobre os principais desafios para a efetivação da educação bilíngue, conforme previsto na legislação nacional?. O objetivo geral consiste em analisar a produção de artigos científicos acerca da legislação da educação de surdos no Brasil para identificar os principais obstáculos à sua aplicabilidade. Especificamente, a pesquisa propõe-se a: mapear as produções nas bases SciELO e Portal de Periódicos da CAPES; categorizar suas tendências temáticas e abordagens teóricas; identificar as lacunas de efetividade e contradições normativas apontadas pela literatura; e sintetizar as propostas de superação consolidadas na área.

A investigação justifica-se teoricamente pela adoção da metodologia de "Estado da Arte", nos termos propostos por Ferreira (2002), voltada a realizar um mapeamento inventariante e descritivo da produção acadêmica do campo. O estudo demonstra relevância científica ao sistematizar o conhecimento acumulado entre os anos de 2005 e 2025, definindo o que já foi exaustivamente explorado e quais dimensões ainda carecem de aprofundamento. Ao transcender diagnósticos puramente locais, esta abordagem oferece uma síntese crítica de abrangência nacional sobre a

execução das políticas públicas, organizando a memória científica da área e apontando caminhos para o aperfeiçoamento de futuras diretrizes educacionais.

Metodologia

Esta pesquisa define-se como um "Estado da Arte", de natureza bibliográfica, inventariante e descritiva. Apoiando-se na abordagem de Ferreira (2002), o estudo mapeia e discute a produção teórica nacional sobre as normativas federais da educação de surdos, como o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191/2021. O *corpus* é constituído por artigos científicos recuperados nas bases SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, selecionados de forma sistemática por meio de descritores como "educação bilíngue de surdos", "educação de surdos" e "legislação de Libras".

A coleta de dados compreendeu um levantamento quantitativo inicial e uma triagem qualitativa baseada na leitura de resumos para verificar a aderência ao tema. As obras selecionadas foram catalogadas em matrizes e fichamentos com dados de autoria, ano, objetivos e conclusões, visando identificar as recorrências temáticas e as contradições apontadas pela literatura científica.

A análise seguiu a perspectiva de Ferreira (2002), estruturando-se em dois momentos: o inventário quantitativo da frequência de temas, produtividade temporal e instituições de origem; e a categorização qualitativa do conteúdo em eixos temáticos recorrentes (formação docente, barreiras estruturais e interpretações críticas da legislação). Utilizou-se a análise de conteúdo para cruzar os dados, estabelecer diálogos entre os trabalhos e sintetizar as tendências teóricas e propostas de superação frente às tensões entre o texto legal e a realidade pedagógica.

Referencial Teórico

O referencial teórico pauta-se na análise do arcabouço normativo nacional e em autores que compreendem a educação dos surdos como um direito linguístico e cultural, destacando-se as contribuições da Lei nº 10.436/2002, do Decreto nº 5.626/2005 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Adicionalmente, o estudo ampara-se nos pressupostos linguísticos de Quadros e Karnopp (2004), na fundamentação de educação

bilíngue de Quadros (2005), e na Pedagogia Surda proposta por Stumpf (2008).

No cenário nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seus artigos 205 e 208, a educação como direito fundamental e o dever do Estado na garantia do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Já a Lei nº 10.436/2002 reconheceu oficialmente a Libras como um sistema linguístico de natureza visual-motora e estrutura gramatical própria, validando a existência de uma comunidade com identidade cultural e caminhos próprios de transmissão de ideias. O Decreto nº 5.626/2005 expandiu esses horizontes ao desvincular a surdez de uma perspectiva puramente clínica, definindo o sujeito surdo pelas suas experiências visuais. Além disso, formalizou a estrutura da Educação Bilíngue com a Libras como língua de instrução (L1) e o português escrito como segunda língua (L2), instituindo prazos para a formação docente, o papel do instrutor surdo e a atuação profissional do tradutor e intérprete de Libras (TILS).

Essas normativas dialogam diretamente com Quadros e Karnopp (2004), que definem a Libras como uma língua natural, completa e complexa. As autoras explicam que, apesar das diferenças de modalidade (visuoespacial para a Libras e oral-auditiva para o português), ambos os sistemas compartilham os mesmos níveis de análise gramatical, sintática, morfológica e fonológica, cumprindo todas as funções cognitivas e de produção de conhecimento necessárias ao sujeito humano. A organização espacial e os recursos de movimento e localização da Libras possuem lógica própria e conferem-lhe uma expressividade em que a estruturação espacial cumpre as mesmas exigências de qualquer idioma falado.

No contexto político-social, Quadros (2005) ressalta que as discussões sobre o bilinguismo no Brasil envolvem profundas relações de poder. A autora adverte para a existência de uma política de subtração linguística, na qual o português atua de forma hegemônica e a língua de sinais é frequentemente secundarizada nas propostas escolares. Frente a isso, lideranças surdas articulam espaços de resistência voltados a um bilinguismo aditivo. A transição para esse modelo requer que as políticas educacionais reorganizem os espaços pedagógicos, promovam a interação e considerem as garantias

reais de acesso e permanência, transcendendo os aspectos puramente linguísticos para estruturar uma escola multilíngue e multicultural.

Complementarmente, Stumpf (2008) propõe o conceito de Pedagogia Surda, e ressalta a importância estratégica da presença de professores surdos na escola para mediar o contato com a cultura surda. Essa abordagem concebe a surdez como uma experiência visual e exige dos atores escolares o engajamento na reconstrução identitária dos discursos e representações tradicionais sobre a alteridade. Alinhada a essa visão, a pedagogia da diferença (Larrosa e Skliar, 2001; Silva, 2000; Skliar, 2003) surge como um instrumental crítico capaz de desconstruir discursos homogeneizadores e dar visibilidade às narrativas próprias dos sujeitos surdos.

Resultados e Discussões

1. Categorização temática e abordagens teóricas na Literatura Científica Nacional sobre a Educação Bilíngue de Surdos

O mapeamento da literatura científica nacional nos repositórios Portal de Periódicos da CAPES e SciELO (2005-2025) resultou em 44 discussões científicas estruturadas em eixos temáticos recorrentes

Quadro 1: mapeamento da literatura científica nacional recuperada nos repositórios Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, no período de 2005 a 2025.

Ano	Autor(es) citado(s)	Eixo Temático / Abordagem
2025	Lopes e Bernardes	Formação docente; Teoria Histórico-Cultural
2025	Grützmann et al.	Práticas pedagógicas – Matemática
2025	Florentino e Locatelli	Práticas pedagógicas – Ciências
2025	Schumacker e Leonel	Práticas pedagógicas – Física
2025	Kendrick e Cruz	Perspectivas Decoloniais e Pensamento Relacional
2024	Carneiro	Abordagem Socioantropológica e Estudos Surdos
2024	Sansão e Cruz-Santos	Formação docente e atuação profissional
2024	Leonelli et al.	Práticas pedagógicas – Física
2024	Oliveira et al.	Abordagem Socioantropológica e Estudos Surdos
2024	Silva, Maia e Pedroza	Perspectivas Decoloniais e Pensamento Relacional
2023	Souza e Lacerda	Processos de letramento e ensino de Português (L2)
2023	Peixoto e Dias	Processos de letramento e ensino de Português (L2)
2023	Oliveira e Liberali	Processos de letramento; Perspectivas Decoloniais
2023	Coelho e Bruno	Interseccionalidade e Educação Escolar Indígena
2022	Silva e Seabra	Processos de letramento e ensino de Português (L2)

2022	Kumada et al.	Práticas pedagógicas – Matemática
2022	Cunha, Miguel e Garrutti	Práticas pedagógicas – Ciências
2022	Campos e Bento	Interseccionalidade e perspectivas étnico-raciais
2022	Cunha et al.	Teoria Histórico-Cultural
2022	Garrutti e Moreira	Teoria Histórico-Cultural
2021	Pieczkowski	Perspectiva Pós-Estruturalista e Filosofia da Diferença
2020	Witkoski	Processos de letramento e ensino de Português (L2)
2020	Morais e Martins	Perspectiva Pós-Estruturalista e Filosofia da Diferença
2019	Dias e Schmidt	Práticas pedagógicas – Língua Inglesa
2019	Ramos e Hayashi	Abordagem Socioantropológica e Estudos Surdos
2018	Ramos e Hayashi	Políticas linguísticas e espaço escolar
2018	Filietaz, Cruz e Pachiel	Formação docente e atuação profissional
2018	Salvador e Lodi	Formação docente e atuação profissional
2018	Dessbesel et al.	Práticas pedagógicas – Matemática
2018	Witchs	Abordagem Socioantropológica e Estudos Surdos
2017	Andreis-Witkoski	Políticas linguísticas e espaço escolar
2017	Rodrigues e Gontijo	Teoria Discursivo-Enunciativa
2016	Xavier et al.	Políticas linguísticas e espaço escolar
2016	Martins	Perspectiva Pós-Estruturalista e Filosofia da Diferença
2015	Witchs e Corcini	Perspectiva Pós-Estruturalista e Filosofia da Diferença
2014	Nascimento e Costa	Políticas linguísticas e espaço escolar
2014	Pires	Processos de letramento e ensino de Português (L2)
2014	Pagnez e Sofiato	Teoria Histórico-Cultural
2014	Lodi, Bortolotti e Zanatta	Teoria Discursivo-Enunciativa
2013	Lodi	Políticas linguísticas e espaço escolar
2013	Lodi	Teoria Discursivo-Enunciativa
2008	Gesser	Abordagem Socioantropológica e Estudos Surdos
2006	Quadros	Políticas linguísticas e espaço escolar
2006	Silva	Teoria Histórico-Cultural

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Os eixos temáticos identificados revelam as seguintes tendências da produção científica nacional:

a) Políticas linguísticas e espaço escolar: Pesquisadores como Lodi (2013), Nascimento e Costa (2014), Andreis-Witkoski (2017), Ramos e Hayashi (2018), Quadros (2006) e Xavier *et al.* (2016) discutem as tensões entre as políticas inclusivas no ensino regular e a defesa da escola bilíngue como o ambiente linguístico adequado à comunidade surda.

b) Letramento e Língua Portuguesa (L2): Os desafios metodológicos do português escrito são abordados por Witkoski (2020) e Silva e Seabra (2022). Souza e Lacerda (2023) enfocam a mediação pedagógica por diários de aprendizagem; Peixoto e Dias (2023) utilizam os gêneros textuais; e Pires (2014) e Oliveira e Liberali (2023) debatem práticas translíngues e interacionais.

c) Formação e atuação docente: Filietaz, Cruz e Pachiel (2018) analisam a formação de professores bilíngues, instrutores surdos e intérpretes (TILS) sob o Decreto nº 5.626/2005. Salvador e Lodi (2018) discutem as fragilidades contratuais do Professor Interlocutor, e Sansão e Cruz-Santos (2024) abordam os desafios na atuação profissional dos TILS.

d) Práticas pedagógicas curriculares específicas: O desenvolvimento de estratégias bilíngues em áreas específicas engloba a Matemática (Dessbesel *et al.*, 2018; Kumada *et al.*, 2022; Grützmann *et al.*, 2025); as Ciências (Cunha, Miguel e Garrutti, 2022; Florentino e Locatelli, 2025); a Física (Leonelli *et al.*, 2024; Schumacker e Leonel, 2025); e a Língua Inglesa (Dias e Schmidt, 2019). Estudos recentes incorporam a interseccionalidade, discutindo a negritude surda (Campos e Bento, 2022) e as interfaces com a educação escolar indígena (Coelho e Bruno, 2023).

No plano epistemológico, observa-se o abandono definitivo do modelo clínico-terapêutico e a consolidação de quatro principais matrizes teóricas:

a) Abordagem Socioantropológica e Estudos Surdos: Vertente majoritária na literatura recente (Ramos e Hayashi, 2019), representada por Gesser (2008), Carneiro (2024), Oliveira *et al.* (2024) e Witchs (2018), que legitima a surdez como diferença cultural e a Libras como primeira língua.

b) Teoria Histórico-Cultural: Inspirada em Vigotski, as pesquisas de Pagnez e Sofiato (2014), Silva (2006), Pires (2014) e Lopes e Bernardes (2025) destacam o papel das interações sociais e da linguagem na mediação cognitiva. Cunha *et al.* (2022) e Garrutti e Moreira (2022) utilizam essa matriz para defender a organização de ambientes linguísticos favoráveis na educação infantil.

c) Perspectiva Discursivo-Enunciativa: Baseada no pensamento de Bakhtin, as análises de Lodi (2013), Lodi, Bortolotti e Zanatta (2014) e Rodrigues e Gontijo (2017) tomam os textos legais e os processos de letramento como enunciados historicamente situados e marcados por assimetrias dialógicas.

d) Perspectivas Pós-Estruturalistas, Decoloniais e Relacionais: Amparados em Michel Foucault e na Filosofia da Diferença, Witchs e Corcini (2015), Pieczkowski (2021), Martins (2016) e Morais e Martins (2020) mobilizam termos como governamentalidade e saber-poder para criticar os discursos inclusivos baseados na "lógica da mesmidade". Em paralelo, Silva, Maia e

Pedroza (2024) e Oliveira e Liberali (2023) denunciam a colonialidade do poder linguístico, enquanto Kendrick e Cruz (2025) recorrem a Pierre Bourdieu para expor as disputas por capitais simbólicos no próprio campo científico da educação de surdos

2. Nas entrelinhas de uma contradição entre a inclusão radical coercitiva e o espaço Político-Pedagógico Bilíngue, colonialidade linguística e as lacunas de efetividade na formação e vínculo docente

A literatura aponta uma contradição central na colisão ideológica entre o modelo de inclusão universal de contornos radicais, pautado na matrícula indiscriminada de todos os estudantes em turmas regulares, e o direito linguístico à educação bilíngue em espaços próprios. Lodi (2020) evidencia que o Plano Nacional de Educação (PNE 2014) já refletia esse dualismo, tensionado entre a firme resistência dos movimentos sociais por escolas e classes bilíngues e a política reguladora do Estado, que reduzia o bilinguismo à mera inserção de alunos surdos em turmas ouvintes mediadas pelo intérprete (TILS).

Essa distorção conceitual é aprofundada por Silva e Santos (2022) ao analisarem a inserção da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade independente na LDB. Os autores demonstram que, embora a legislação assegure formalmente o ensino em Libras (L1) e português escrito (L2), as redes estaduais e municipais tendem a instrumentalizar o termo "inclusão" para mitigar custos, mantendo salas comuns desprovidas de infraestrutura e de professores regentes fluentes. Como sintetizam os pesquisadores, a proclamação abstrata do direito não veio acompanhada de políticas públicas estruturantes, gerando uma exclusão disfarçada de inserção física. Dessa forma, a primeira grande contradição mapeada é de natureza espacial: as normativas protegem o direito a uma comunidade de aprendizagem bilíngue e visual, porém a governabilidade local insiste em atomizar o estudante surdo, fragmentando o seu desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Outro fator crítico apontado por Silva, Maia e Pedroza (2024) diz respeito à "colonialidade do poder linguístico" operada pelo próprio Estado. Apesar do caráter histórico da Lei nº 14.191/2021, as matrizes curriculares de

referência, o mercado de livros didáticos e as avaliações de larga escala nacionais continuam a impor a língua portuguesa padrão como o único parâmetro excludente de sucesso institucional. Essa assimetria estrutural desvaloriza a Libras enquanto produtora de ciência e saberes, forçando o estudante surdo a adaptar-se a uma lógica puramente ouvinte. Assim, o arcabouço normativo opera numa duplicidade: tolera a Libras no plano das intenções legais, mas perpetua a hegemonia linguística no plano institucional.

Esta insuficiência operacional reflete-se diretamente na maior lacuna de efetividade apontada no campo: a formação profissional e a estruturação de carreiras para a docência bilíngue. Souza e Oliveira (2024) constatam que a promulgação da nova modalidade na LDB abriu um vazio administrativo quanto à criação de cargos públicos específicos para professores bilíngues, instrutores surdos e tradutores e intérpretes de Libras (TILS). A literatura científica denuncia que a maioria das redes de ensino recorre a contratações temporárias e precárias, como a designação de "professores interlocutores", privando o estudante surdo de um vínculo pedagógico estável e desvalorizando a formação especializada exigida por lei. Assim, a falta de concursos públicos e de planos de carreira dedicados surge como o principal entrave para que as diretrizes nacionais se traduzam numa prática escolar democrática e de qualidade.

3. Atualizações normativas: um mapeamento baseado no estado da arte

O estudo do Estado da Arte revela que o principal impasse da Educação de Surdos no Brasil mudou de foco: a questão central não é mais a falta de amparo legal, mas sim uma crise de efetividade. Para esquematizar as principais lacunas apontadas pela literatura científica entre o ideal das normas e a prática escolar, elaborou-se o **Quadro 2**.

Quadro 2: Dimensões das contradições e lacunas na Educação Bilíngue de Surdos

Dimensão de Análise	O que a Legislação Determina (Ideal Legal)	O que a Realidade Escolar Apresenta (Prática Pedagógica)	Principais Autores do Mapeamento
Arranjo Espacial e Institucional	A Lei nº 14.191/2021 estabelece a Educação Bilíngue de Surdos como uma modalidade independente, preferencialmente em escolas bilíngues ou classes bilíngues.	Predomínio de matrículas em salas regulares com ouvintes. O atendimento é reduzido à mera presença física do aluno, dependente exclusivamente do Intérprete de Libras.	Lodi (2020); Silva & Santos (2022)
Status e Hegemonia Linguística	Reconhecimento da Libras como primeira língua (L1) de instrução e desenvolvimento cognitivo, e o Português Escrito como segunda língua (L2).	Colonialidade linguística e Ouvintismo: Avaliações de larga escala, exames nacionais e materiais didáticos continuam padronizados e cobrados exclusivamente sob a ótica fonocêntrica do ouvinte.	Silva, Maia & Pedroza (2024)
Vínculo e Carreira Docente	Obrigatoriedade de o ensino ser ministrado por professores bilíngues, com formação superior específica e competência linguística.	Vácuo regulatório e precarização: Ausência de concursos públicos específicos nas redes municipais. Uso massivo de contratos temporários e terceirizações de professores e profissionais de Libras.	Souza & Oliveira (2024)
Políticas de Formação Inicial	Diretrizes (desde o Decreto nº 5.626/2005) que preveem a difusão e expansão da formação docente bilíngue e das licenciaturas.	Déficit estrutural de vagas: Falta de fomento público centralizado para a criação de cursos de Pedagogia Bilíngue em larga escala, gerando assimetrias e improvisação regional.	Lopes & Bernardes (2025)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A análise descritiva desses dados permite identificar um silêncio na produção acadêmica atual, que prioriza a esfera macroinstitucional e estatal em detrimento do ambiente sociofamiliar. Os artigos investigados ignoram os microssistemas da comunidade surda, deixando de debater a realidade dos CODAs (*Children of Deaf Adults*) e a carência de suporte para que famílias ouvintes transmitam a Libras no ambiente doméstico.

Por fim, a historicidade e os movimentos contínuos do tema refletem-se na recente edição de duas normativas federais contemporâneas: os Decretos nº 12.686 e nº 12.687, de 20 de outubro de 2025. Enquanto o primeiro rege a governança da educação especial inclusiva, o segundo orienta especificamente a implementação da educação bilíngue. A coexistência desses instrumentos materializa com precisão o dualismo apontado por Lodi (2020) e por Silva e Santos (2022): o esforço de garantir a autonomia pedagógica da modalidade bilíngue esbarra constantemente no risco de subjugação ao modelo de inclusão tradicional. Em alinhamento com Ferreira (2002), o mapeamento expõe que a letra da lei atua como uma importante bandeira política de conquista, mas sua aplicação prática enfrenta a resistência histórica de uma cultura educacional centralizadora e majoritariamente ouvinte.

4. Propostas de superação mediante os desafios de implementação da educação bilíngue brasileira

Diante do diagnóstico complexo das lacunas regulatórias, a produção acadêmica não se limita à denúncia das contradições; ela consolida um conjunto de proposições estratégicas para efetivar os marcos legais. Conforme sintetizado por Teixeira e Stieler (2026), a superação do cenário de exclusão disfarçada exige a transição definitiva de um modelo de atendimento clínico-reparador para a garantia de ambientes linguísticos bilíngues plenos. Para os autores, isso implica reconhecer que a Libras não pode ser apenas um recurso assistencial de tradução, mas deve constituir a própria espinha dorsal pedagógica, cultural e interacional da instituição escolar.

A primeira linha de intervenção proposta pela literatura foca na reestruturação da governança e do financiamento público pelas redes de ensino. Silva e Santos (2022) asseveram que a autonomia da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade independente na LDB perde eficácia se os estados e municípios continuarem a pulverizar recursos em salas regulares isoladas. Os pesquisadores defendem a criação planejada de polos regionais de Escolas Bilíngues ou, no mínimo, de Classes Bilíngues agrupadas. Esse arranjo espacial, segundo a perspectiva socioantropológica, é o único capaz de assegurar o direito à convivência entre pares surdos, gerando a imersão linguística necessária para a constituição identitária e para o desenvolvimento cognitivo pleno do educando.

No âmbito da valorização profissional e da docência, Souza e Oliveira (2024) apontam que a superação da precarização contratual depende da imediata abertura de concursos públicos específicos. A literatura científica adverte que a substituição de vínculos temporários por cargos efetivos de "Professor Regente Bilíngue" e de tradutores e intérpretes (TILS) de carreira é urgente para estabilizar o processo pedagógico. Complementarmente, no plano da formação inicial, Lopes e Bernardes (2025) sugerem que o Ministério da Educação centralize e financie a expansão de licenciaturas em Pedagogia Bilíngue em universidades públicas, corrigindo as profundas assimetrias regionais de qualificação docente hoje existentes no país.

Por fim, no horizonte epistemológico e avaliativo, Silva, Maia e Pedroza (2024) propõem a desconstrução da colonialidade linguística que impera nos órgãos reguladores. Os autores sustentam que os exames nacionais e as matrizes curriculares de referência precisam passar por uma reformulação radical, passando a considerar a Libras como legítima língua de produção científica. Superar o ouvincentrismo institucional requer que o Estado brasileiro avalie o estudante surdo a partir de parâmetros visuoespaciais de escrita e interpretação, e não mais sob o crivo excludente da fonologia da língua portuguesa padrão. Conforme conclui o Estado da Arte, as propostas de superação convergem para a urgência de uma mudança cultural que retire a Libras da condição de língua subordinada e a eleve ao status de direito político e de alteridade plena.

Considerações Finais

A análise da produção científica brasileira no período de 2005 a 2025 permitiu traçar um panorama crítico sobre o Estado da Arte da legislação voltada à educação de surdos e ao ensino de Libras. Os resultados evidenciaram que, embora o Brasil disponha de um aparato normativo robusto e progressista, com a elevação da Educação Bilíngue de Surdos à modalidade de ensino independente pela Lei nº 14.191/2021, a efetivação real desses direitos enfrenta profundos obstáculos estruturais e políticos.

Conclui-se que as principais barreiras para a consolidação dos espaços político-pedagógicos bilíngues residem na colisão ideológica entre as práticas de "inclusão radical" (que isolam o estudante surdo em salas de aula regulares ouvintes) e as demandas legítimas da comunidade surda por ambientes linguísticos visuais homogêneos. Adicionalmente, a permanência da colonialidade linguística e a imposição do português como padrão exclusivo de avaliação institucional sufocam o desenvolvimento da Libras como língua de instrução e produção de saberes. Na base dessas contradições, encontra-se a crônica precarização dos vínculos de trabalho docentes e a ausência de carreiras públicas consolidadas para professores bilíngues e TILS nas redes estaduais e municipais.

Para a superação dessas lacunas de efetividade, a literatura acadêmica aponta para a urgência de uma formulação coordenada de políticas públicas descentralizadas. Sugere-se a realização de concursos públicos específicos para a modalidade bilíngue, a revisão das matrizes curriculares e das avaliações nacionais de larga escala para que contemplem a estrutura visual-espacial da Libras, bem como o fomento a polos de escolas bilíngues que congreguem alunos e profissionais surdos. Apenas por meio do investimento institucional massivo e do respeito à alteridade linguística será possível transpor o texto abstrato das leis e assegurar uma educação emancipatória e cidadã para a população surda no Brasil.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 9 mar 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 9 mar 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 9 de mar 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 09 mar 2026.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749. Acesso em: 9 mar 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 30 mai 2026.

CAMPOS, S. R.L.; BENTO, N.A. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/wDrPtHrjKsknfW78RBZS98j/?lang=pt

CARDOSO, C.; ALBUQUERQUE, K.; MAIA, M.; FIGUEIREDO, L. Education as right: the construction of deaf people place in Brazilian education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e45111629282, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29282. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/29282. Acesso em: 8 mar. 2026.

CAPOVILLA, A. G. S. ; CAPOVILLA, F .C. Prova de consciência fonológica: desenvolvimento de dez habilidades da pré-escola à segunda série. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 7, n. 37, p. 14-20, 1998.

CARNEIRO, B.G. Língua de sinais, identidades, cultura surda e educação bilíngue. **Revista Triângulo**, 2024. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/7736

COELHO, L.L. ; BRUNO, M.M.G. A Interface entre Educação Escolar Indígena e a Educação de Surdos no MS. **Educação e Realidade**, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/x9mGMjrrT5Y6vQ9CzZmxtTN/?lang=pt

CUNHA, L.M.M.; MIGUEL, R. A. B.J. ; GARRUTTI, E. A. Educação bilíngue para alunos surdos: notas sobre a construção da linguagem argumentativa no aprendizado de Ciências. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/BDBQtzHDF8pLyzWFJqkTYnm/?lang=pt

CUNHA, S. H. M. da; SANTOS, R. P. dos. Educação bilíngue para surdos: desafios e perspectivas no contexto pedagógico. **Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, v. 16, n. 31, 27 Nov 2025. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/25371. Acesso em: 8 mar 2026.

DESSEBESEL, R. S; SILVA; S.C. R; SHIMAZAKI, E. M. O processo de ensino e aprendizagem de Matemática para alunos surdos: uma revisão sistemática. **Ciência e Educação**, 2018. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/ciedu/a/H8Xgjb6gWX8cVgfMm5nBJGb/?lang=pt**

DIAS, O. B.; SCHIMIDT, A. P. C. Material didático visual no ensino de inglês como língua adicional para estudantes surdos. **Linguagens & Cidadania**, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/34536

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas no Brasil sobre "Estado da Arte". **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/. Acesso em: 8 mar 2026.

FILIETAZ, M. R. P.; CRUZ, A. L.; PACHIEL, R. C. Desenvolvimento dos profissionais que atuam na Educação Bilingue para surdos. **Revista Transmutare**. 2018. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/9583

FLORENTINO, C.P.A.; LOCATELLI, S.W. Possibilidades e desafios no Ensino de Ciências com estudantes surdos: uma revisão sistemática nos anais do Encontro. **Ciência e Educação**, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/xbgP8smCdBkwPHNWPh86P4y/?lang=pt

GARRUTTI, É. A.; MOREIRA, T.N. A. A criança surda na Educação Infantil Bilíngue: a importância do social para a construção da linguagem. **Educação e Pesquisa**, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/NrFXs9QXZZCwy67Xtf6YhZk/?lang=pt

GESSER, A. **Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas.** Trabalhos em linguística aplicada. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tla/a/xPmKcHgknZXts56qp6h6mLL/?lang=pt Acesso em: 29 mai 2026.

GRÜTZMANN, T.P.; LEBEDEFF, T.B.; GOMES , G.H.P. A jornada do Mathlibras: a evolução dos roteiros das videoaulas do projeto**. Intercom: Revista Brasileira da Ciência da comunicação**, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/interc/a/RtVJFfHX4DdxLnTznjL5mvH/?lang=p

KENDRICK, D.; CRUZ, G.C. Educação de surdos: esboço de uma análise do campo em construção em um contexto de disputas1. **Revista Brasileira de Educação**, 2025. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/rbee/a/3GBwHGQmgFLXxLSm7Z5WDHh/?lang=pt**

KUMADA, K. M.O.; SOUZA,L.; BATISTA, L.S.;RAMOS, M.H.A. Produção de Videoaulas de Matemática Bilíngues para Alunos Surdos e Ouvintes na Educação Básica. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bolema/a/Dd3kzT8cpJf55MNtDWpvZBc/?lang=pt

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

LACERDA, C. B. F; MANTELATTO, S. A. C. As Diferentes Concepções de Linguagem na Prática Fonoaudiológica. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000, 23-43.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LEONELLI, J. C. S.; REINALDO, T.A.S.; CAPELLINI, V.L.M.F.; BELLOTTI, A. C. Ensino de Física para estudantes surdos: investigando possibilidades. **Ciência e Educação**. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/9dFkQDsWdJMqr6hZ3N6d9Kd/?lang=pt

LODI, A. C. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto 5.626/05. **Educação e pesquisa**. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVNKz/?lang=pt

LODI, A. C; BORTOLOTTI, E.C.C; ZANATTA, M.J. Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bak/a/HBKx7FPNcgjzy7nh86YSJgb/?lang=pt

LOPES, M.A.C.; BERNARDES, M.E. Educação de Surdos e Formação de Professores: uma Análise. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2025.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/tydfFtwYf6MLzjkTLZpmXrf/?lang=pt

MARTINS, V.R.O. Educação de surdos e proposta bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença. **Educação e Realidade**. 2016. Disponível: https://www.scielo.br/j/edreal/a/NBwDxgphrKP59qV5BJ6FrCD/?lang=pt

MORAIS, M. P.; MARTINS, V. R.O. Educação bilíngue inclusiva para surdos como espaço de resistência. **Pro-posições**, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/7wZPwHzwnLHzrf9jmFQtQGP/?lang=pt

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro, Revinter, 2000.

NASCIMENTO, S.P.F; COSTA, M.R. Movimentos surdos e os fundamentos e metas da escola bilíngue de surdos: contribuições ao debate institucional. **Educar em Revista**. 2014. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/1757

NOVAES, E. C. **Surdos: Educação, direito e cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

OLIVEIRA, E. P.; LIBERALI, F.C. Práticas translíngues como instrumento decolonial para alargar gretas. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/delta/a/ZcND5WSKjmb6FkrycxcrZqM/?lang=pt

OLIVEIRA, L. V.; OLIVEIRA, E.T., CEZÁRIO, E.T.O.; BATISTA, T. Surdez e deficiência auditiva. **Imagens da Educação.** 2024. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/64935

PAGNVEZ, K. S; SOFIATO, C.G. O estado da arte de pesquisas sobre a educação de surdos no Brasil de 2007 a 2011. **Educar em Revista**, 2014. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/er/a/vfqPDgmZZ3KWnpG8xWVb4XG/?lang=pt**

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Um relato da Educação de estudantes surdos no município de Chapecó (SC). **Psicologia Escolar e Educacional**, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/P9PxSmZR3bybHcdRR36zxbk/?lang=pt

PIRES, V.O.D. A aprendizagem coletiva de língua portuguesa para surdos através das interações em línguas de sinais. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbla/a/dyqKdkyJgKyJJ5qpYSNhxYG/?lang=pt

QUADROS, R. M. O bi do bilinguismo na educação de surdos. In: **Surdez e bilinguismo**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v.1, p 26-36.

QUADROS, R. M. KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: A linguística e a língua de Sinais Brasileira**. 2004 Disponível em : https://sinopsyseditora.com.br/upload/produtos_pdf/2156.pdf?srsltid=AfmBOortkxs688axh7PtpM-hlVJdrUJmTgOPAk_cyc2jBCxsWefS8dZn. Acesso em: 03 de mar. 2026

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. **Cadernos CEDES**. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/T55NhKLDWBBWnZvNCTJ5Qqk/?lang=pt Acesso em: 28 de mai. 2026.

RAMOS, D. M.; HAYASHI, M.C.P.I. O lugar da Educação de surdos nas Dissertações e Teses. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/ZKQq5SXBjRdXPFWp6sNmqfR/?lang=pt

RAMOS, D. M.; HAYASHI, M.C.P.I. Balanço das Dissertações e Teses sobre o tema Educação de Surdos (2010 a 2014). **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2019. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/rbee/a/PKKmTSPWS8g9rHpVpd9jThB/?lang=pt**

RODRIGUES, E.G.G; MENDES, C. M. Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo. **Educação e Pesquisa**. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/JfGKRF8dVSQP8LsGwvf6YgD/?lang=pt

ROMEIRO, A. da S. S. **Desafios à formação educacional de surdos no Brasil e a proposta de educação bilíngue.**. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/3202. Acesso em: 01 de jun. 2026.

SALVADOR, S. J.L; LODI, A. C. B. Resoluções do Estado de São Paulo e o professor interlocutor: Implicações para a Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/zw9z3RzXF8tPz67SXMM6gGx/?lang=pt

SANSÃO, W. V. S.; CRUZ-SANTOS, A. Análise das percepções de Tils quanto à atuação no ensino remoto emergencial. **Educação em Revista**, 2024. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/edur/a/PgKK7b4KgxjvZqxwvVJCmPw/?lang=pt**

SCHUBERT, S. E. de **M. Limites e possibilidades da educação bilíngue para surdos no contexto das políticas de inclusão (1990-2017): implicações à formação de professores**. Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193726. Acesso em: 01 de jun. 2026.

SCHUMACKER, K.C.; LEONEL, A. A. Inclusão de estudantes surdos no Ensino de Física: estratégias didático-metodológicas utilizadas nas pesquisas brasileiras. **Ciência e Educação**. 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/hdh6K7V9brCVkkfKHS5dSJy/?lang=pt

SILVA, T. T (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, R.A.F.; SEABRA, A. G. Crianças surdas e experiências com a palavra escrita. **Educação e Pesquisa**, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/fTFzVHrWMfhHtNv54mtH7TR/?lang=pt

SILVA, S.A.S.; MAIA, H.J.S.; PEDROZA, R.L.S. História da Educação de Surdos: Uma Decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico. **Revista Brasileira de Educação Especial.** 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/PW58KYNC7hnZxnZwCS4w6WK/?lang=pt

SKLIAR, C. Bilinguismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 1998, n.08, pp.44-57.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, R. M. Práticas Alfabetizadoras e subjetividade. In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (Org.). **Surdez: processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Lovise, 2000, p. 83-93.

SOUZA, C.T.R.; LACERDA, C.B.F. Interação dialógica como mediação no processo de aquisição da linguagem escrita por surdos. **Educação em Revista**. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/bPZjyJWs68hJdnpfptfbNTD/?lang=pt

STROBEL, K. História da Educação de Surdos. Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf . Acesso em: 08 mar. 2026.

STUMPF, M. R. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008, p.14-29.

TEIXEIRA, W.; STIELER, P. Educação de Surdos: O ambiente linguístico bilíngue como perspectiva para a educação bilíngue. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento ,** [S. l.] , v. 15, n. 2, p. e1415250617, 2026.Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/50617 . Acesso em: 9 mar. 2026.

WITCHS, P. H. L., CORCINI, M. Educação de surdos e governamentalidade linguística no Estado Novo (Brasil 1934-1948). **História da Educação**. 2015.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/heduc/a/hd83WtRqMNSGshmj6TxhTxR/?lang=pt

WITCHS, Pedro Henrique. Forma de vida surda e seus marcadores culturais. **Educação em Revista.** 2018. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/edur/a/LyFPRW3wSJYZqnRp3JnqgsF/?lang=pt**

WITKOSKI, S. A-. Educação de surdos pelos próprios surdos: em qual escola? **Revista Transmutare**. 2017. disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/7249

WITKOSKI, S. A-. Desafios no processo de letramento de alunos surdos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27254

XAVIER, A. P. M.; CHERP, G. P. T.; COUTINHO, C. M. L; BRAS, R. M. M. Educação bilíngue de surdos: uma proposta de implementação na rede municipal de educação de Juiz de Fora/MG. **Revista Letras Raras**.2016. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1739